

FILANTROPIA

The cover of the magazine 'Filantropia' features a central image of a glowing lightbulb. Inside the lightbulb is a detailed illustration of a human brain. The lightbulb is held by a hand at the bottom. Surrounding the lightbulb are several glowing, elliptical lines that resemble orbits or a stylized atomic model. The background is dark blue with various digital elements, including glowing lines, dots, and the numbers '01' in a light blue font. The title 'FILANTROPIA' is at the top in a large, white, sans-serif font, with a blue circular logo containing a stylized 'F' and 'P' integrated into the letter 'R'.

NESTA EDIÇÃO:

Propósito e liderança • JUNTOS: a Rede das Redes pelo voluntariado empresarial • ESG • Os oito motivos que levam as pessoas a doar • PIX para receber doações • Agenda 2030 e muito mais...

VOLUME 90 / NÚMERO 1 - NOVEMBRO DE 2022

EXPEDIENTE

REVISTA

FILANTROPIA

ISSN 1677-1362

Idealizadores:



Editor geral

Marcio Zeppelini (MTB 43.722/SP)

Editora-chefe

Thais Iannarelli (MTB 46.415/SP)

Redação

Luciano Guimarães

Edição

Daniel Gallo

Imagens ilustrativas

depositphotos.com

Conselho editorial deliberativo

Marcelo Monello

Marcio Zeppelini

Marcos Biasoli

Mauro Zeppelini

Ricardo Monello

NESTA EDIÇÃO...

Propósito e liderança 4

Voluntariado, caridade e amizade:
juntos pela paz..... 6

JUNTOS: a Rede das Redes
pelo voluntariado empresarial..... 8

O trabalho mais inclusivo
é o trabalho voluntário..... 10

Objetivos do desenvolvimento
sustentável movimentam o Terceiro Setor..... 12

ESG: as três letras que diferenciam
as entidades do Terceiro Setor..... 14

Captar recursos não é vender um projeto
ou uma ideia, é conquistar parceiros..... 16

Os oito motivos que levam
as pessoas a doar 18

PIX para receber doações: Só vantagens?..... 20

Cultura para quê? 22

A contabilidade e a Agenda 2030..... 24

Os efeitos da nova lei do Certificado de
Entidade Beneficente de Assistência Social
para as Entidades do Terceiro Setor..... 28

Transformação Social
pelo Futuro Bem Maior 31

Filantropia Responde..... 32

FILANTROPIA

www.filantropia.org

PRESIDENTE

Marcio Zeppelini

DIRETORA EXECUTIVA

Thaís Iannarelli

DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO

Ricardo Baboo

PROJETOS E

RELACIONAMENTO

Claudia Bragião

EVENTOS

Rogério Costa

CONSELHO CONSULTIVO

Ana Carolina Carrenho

Ader Assis

Dulcineia Reginato Francisco

Fabiana Dias

Flávia Lang

Guilherme Reis

José Avando

Leila Navarro

Lirio Cipriani

Marcelo Monello

Marco Iarussi

Marcos Biasoli

Maria Iannarelli

Octavio Florisbal

Rosana Pereira

Warley Dias

Wellington Nogueira

CONSELHO DIRETOR

Ana Carolina Zanoti

Daniel Gallo

Danilo Tiisel

Marcelo Estraviz

Marli Burato

Michel Freller

Ricardo Monello

Roberto Ravagnani

Rogério Martir

Rogério Paganatto

Thaís Medina

INCENTIVADORES



PARCEIROS ESTRATÉGICOS



APOIO INSTITUCIONAL





PROPÓSITO E LIDERANÇA

Empresas devem ter um propósito bem definido em sua cultura organizacional. Precisamos bater nessa tecla inúmeras vezes. Acreditamos que o propósito bem estabelecido e vivido na empresa leva, inevitavelmente, ao sucesso. Isso vale tanto para o primeiro setor como para as Organizações da Sociedade Civil (OSC).



ANDRÉA
MEDINA

É fato que, desde o início de 2020, um mar de novidades corporativas surgiu e não foi diferente nas OSC. Um período de “crise” iniciou-se. Já se disse por aí que “crise é o ponto de transição entre uma época de prosperidade e outra de depressão”. Suas características são, normalmente: a imprevisibilidade; o sentimento de urgência; e as necessidades de postura organizacional não rotineira,

Andréa Medina tem formação profissional especializada no desenvolvimento do Capital Humano. Atua em projetos de treinamento e educação corporativa, na disseminação de temas sobre desenvolvimento de competências e excelência em gestão para atendimento e relacionamento com clientes.

É possível inovar em OSC?

A resposta é sim, equilibrando a eficiência das operações e processos com os riscos de inovar, ou seja, inovando com segurança

com planejamento analítico especial, capacidade de implementação e considerações legais especiais. Sim, 2020 deu início a um período de crise também nas OSC.

De uma semana para a outra, profissionais de diferentes áreas precisaram descobrir a melhor maneira de trabalhar em suas casas, adaptar rotinas, mobiliário e tecnologia. Uns ficaram perdidos e outros confortáveis com a adaptação à crise.

As OSC de propósito foram exemplo nesta crise. Auxiliaram seus profissionais com treinamento adequado, disponibilizaram mobiliário e tecnologia, deram suporte na tomada de decisões e não deixaram que a crise fosse maior que seu propósito. Trabalharam duro e sobreviveram.

A pandemia está terminando (será?), a crise não... É tempo de guerra, tempo para reflexão. Suas lideranças estão preparadas e têm as competências adequadas para passar por este momento?

Apresentamos os cinco comportamentos do líder, os quais acreditamos serem fundamentais neste momento.

1. SER INSPIRAÇÃO PARA O TIME

Líderes são capazes de inspirar pessoas a agir, possuem uma legião de seguidores que agem não porque foram seduzidos, mas porque foram inspirados e porque querem. Neste momento de incertezas, o líder deve estar lá por eles e para eles, praticando diariamente o espírito de servir.

2. SER O PORTA-BANDEIRA DA CULTURA ORGANIZACIONAL

A cultura organizacional de uma OSC é a maneira como a organização atua, com base em comportamentos, crenças e identidade. O verdadeiro líder pratica e garante que o propósito e os valores da organização sejam disseminados e praticados por todos, sendo seu principal porta-voz e levando sua bandeira. O líder deve atuar como o “embaixador do propósito”, aquele que acredita, vive e comunica o verdadeiro porquê de a organização existir, e que transmite esse sentido para que seu time também o viva, se engaje e se comprometa com ele.

3. SER UM GESTOR HUMANISTA

Para que o propósito da organização seja vivido por todos, o líder deve priorizar sua equipe, compreender individualidades, entender as necessidades, os desejos e os desafios de cada

um. Humanizar as relações significa praticar uma comunicação assertiva, exercitando a empatia e a escuta ativa. É preciso dar voz à equipe para alcançar o comprometimento coletivo. De que adianta conhecer o “quadro” de missão, visão e valores se não se vai usar nada disso no dia a dia?

Vamos lembrar que empatia não significa fazer aquilo que você gostaria que fizessem por você, e sim fazer aquilo que faria cada um de seus colaboradores felizes.

4. SER ASSERTIVO

O líder deve tomar decisões baseado em dados e fatos, usar os dados a seu favor e transformá-los em informações realmente úteis para sua equipe.

É importante lembrar que informação só é útil se circular e ajudar seu time a viver o propósito. Informação engavetada não serve para nada e, muitas vezes, atrapalha a eficiência de seu time.

Também é importante saber que a comunicação é a “cola” dos relacionamentos. Quanto maior a qualidade da comunicação entre o líder e seus liderados, maior a confiança construída e melhores os resultados alcançados.

5. SER INOVADOR

Inovar é tornar algo melhor fazendo de forma diferente.

É possível inovar em OSC? A resposta é sim, equilibrando a eficiência das operações e processos com os riscos de inovar, ou seja, inovando com segurança. O líder sempre assume esses riscos para si e é 100% responsável por eles.

Inovação é 90% de trabalho e 10% de inspiração. É preciso esforço para fazer a inovação acontecer. É mais do que apenas trazer grandes ideias.

Para identificar os reais problemas encontrados na organização e solucioná-los de maneira mais efetiva, é preciso abordá-los sob diversas perspectivas e ângulos. Assim, o líder prioriza o trabalho colaborativo entre equipes multidisciplinares, que trazem olhares diversificados e oferecem interpretações variadas sobre a questão e, assim, soluções inovadoras. Inovação é um esporte coletivo, toda OSC precisa entender que ela não é perda de tempo, é tornar algo melhor.

Concluindo: inspiração, propósito, humanização, assertividade e inovação são as nossas armas para atuar com mais força e comprometimento, vencendo desafios e trazendo crescimento sustentável para sua organização, por isso não economize em nenhuma delas! 🌀



VOLUNTARIADO, CARIDADE E AMIZADE: JUNTOS PELA PAZ

A caridade, a filantropia e o voluntariado tratam do ato de doar aos outros ou a causas e projetos uma contribuição espontânea de recursos materiais, de dinheiro, talentos e/ou tempo. Todas as três práticas de doar são fatores-chave no desenvolvimento de comunidades e na melhoria de vida das pessoas e da sociedade em todo o mundo. São



SILVIA MARIA
LOUZÃ
NACCACHE

uma maneira de participar e contribuir, de demonstrar a compaixão e a empatia. Embora as palavras “filantropia” e “caridade” sejam frequentemente usadas como sinônimos, existem diferenças sutis. Embora ambas envolvam dar dinheiro ou outros recursos diretamente para as pessoas, para causas, para organizações e projetos que ajudam as pessoas, a caridade tende a ser uma resposta

Silvia Maria Louzã Naccache é Palestrante e Consultora na área de Voluntariado, Responsabilidade Social, Desenvolvimento Sustentável e Terceiro Setor. Organiza, ministra e facilita cursos, palestras, oficinas e eventos. Conselheira voluntária da Associação Vaga Lume e da ABRAPS. Coautora do livro Voluntariado Empresarial - Estratégias para Implantação de Programas Eficientes. Fundadora e voluntária do Grupo de Estudos de Voluntariado Empresarial desde 2009. Coordenou por 14 anos o Centro de Voluntariado de São Paulo. E-mail: silvia.louza.naccache@gmail.com

O voluntariado é uma ótima maneira de fazer o bem, ser solidário e ainda conhecer novas pessoas, fazer novos amigos e fortalecer laços com a comunidade. É uma oportunidade de ampliar conhecimento, aumentar suas habilidades sociais e conviver com uma rede de pessoas com interesses, valores e propósitos comuns

imediate, pontual, a uma demanda emergente, muitas vezes impulsionada por emoções; já a filantropia tende a ser mais estratégica, mais planejada e focada em promover soluções em longo prazo. Com o voluntariado, o grau de envolvimento e comprometimento tende a ser ainda mais profundo e, certamente, ele oferece uma experiência mais significativa — não só pelo bem que é doado, o valioso tempo, mas pela transformação que ele gera em quem recebe, sendo mais impactante ainda em quem pratica.

Para o ex-secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-Moon, caridade, filantropia e voluntariado são formas de praticar a solidariedade, que se unem na busca compartilhada de uma convivência em harmonia e na construção de um futuro pacífico, justo, diverso e sustentável para todos.

Dia 1º de janeiro se celebra o Dia Mundial da Paz, para que a reflexão sobre um novo ano ocorra nessa atmosfera de harmonia e cuidado. Em 19 de julho se comemora o Dia da Caridade e, em 20 de julho, o Dia do Amigo. Caridade, filantropia e voluntariado são um tipo especial de amor e amizade, com o qual podemos compartilhar nossa humanidade e promover o outro.

O dia 19 de julho tornou-se oficialmente o Dia da Caridade por meio da Lei nº 5.063, de 1966, que tinha por objetivo conscientizar as pessoas e toda a sociedade sobre a promoção e a prática da doação e, ainda, reforçar o altruísmo.

Já o Dia do Amigo foi criado pelo professor, músico e dentista argentino Enrique Ernesto Febbraro e celebrado pela primeira vez em 20 de julho de 1970, aniversário de um ano da chegada do homem à lua — um símbolo da unidade e da fraternidade e um convite para celebrar a amizade entre as pessoas.

Segundo São Tomás de Aquino, a caridade é a mais excelente e bela das virtudes, pois demonstra a amizade entre os homens e deles com Deus.

O voluntariado é uma ótima maneira de fazer o bem, ser solidário e ainda conhecer novas pessoas, fazer novos amigos e fortalecer laços com a comunidade. É uma oportunidade de ampliar conhecimento, aumentar suas habilidades sociais e

conviver com uma rede de pessoas com interesses, valores e propósitos comuns. Além de propiciar a realização de atividades divertidas e gratificantes, o voluntariado é uma via de mão dupla: todos se beneficiam.

Convide seus amigos para serem doadores, coloque o tema em suas rodas de conversa, espalhe causas e projetos e dê, em suas mídias sociais, dicas de como doar, como praticar a caridade e a filantropia e como ser voluntário: se inspirarmos pessoas e mostrarmos caminhos, elas virão!

Vamos exercitar a empatia! A solidariedade, a caridade e o voluntariado, com o respeito e a inclusão, ensinam-nos a compartilhar e a colaborar. A pandemia afastou-nos, distanciou-nos até de quem amamos, mas também nos ensinou que somos parte de algo muito maior que nós mesmos e, ainda, que na adversidade e na alegria temos que nos unir porque somos fortes quando estamos juntos, na amizade e no amor. E que temos que apoiar, ajudar e fortalecer quem é mais vulnerável.

A prática do voluntariado está aí, no dia a dia, até nestes tempos como os que vivemos, de conflito, guerra e violência. Voluntários levam mensagens de paz, de união, de inclusão, de respeito e, sobretudo, de solidariedade. Elas precisam ser mais do que nunca espalhadas, compartilhadas, vivenciadas: seremos mais fortes, mais rápidos, iremos mais alto apenas se nos unirmos em um ambiente pacífico, cuidando uns dos outros e zelando pelo nosso planeta!

Que os versos de John Lennon na emblemática, atual e inesquecível música *Imagine*, que em 2021 completou 50 anos, nos inspirem:

“Eu me pergunto se você consegue?

Sem necessidade de ganância ou fome, uma irmandade dos homens.

Imagine todas as pessoas compartilhando o mundo inteiro.

Você pode dizer que sou um sonhador, mas eu não sou o único.

Eu espero que algum dia você se junte a nós.

E o mundo viverá como um só. “🌀

JUNTOS:

A REDE DAS REDES PELO VOLUNTARIADO EMPRESARIAL



SILVIA MARIA
LOUZÃ
NACCACHE

O que é o trabalho em rede? Pode parecer uma pergunta simples, mas a resposta muitas vezes escapa a muitas pessoas. Em sua forma mais básica, o trabalho em rede é um senso de unidade. É um entusiasmo que um grupo de pessoas compartilha por seus interesses e responsabilidades comuns, criando um ambiente que promove a união e a confiança, que permite que se superem obstáculos e que facilita o crescimento de todos e de cada um.

O trabalho em rede é fundamental para a criação de novas ideias, em um espaço onde todos se sintam seguros para contribuir e participar e com um espírito de colaboração e cooperação e muito respeito — valores inestimáveis em tempos tão competitivos!

Foi acreditando em tudo isso que nasceu o JUNTOS - Redes Unidas Pelo Voluntariado Empresarial! São grupos que individualmente já estudavam e promoviam as práticas de voluntariado em empresas e que, para ampliar e divulgar ainda mais essas experiências, se reuniram em torno desse propósito e causa.

Em um momento em que estávamos tão isolados, essa reunião de atores relevantes no voluntariado corporativo mostrou que, unidos, melhorávamos a eficiência de nossas atividades tanto no alcance como na qualidade. Cada um desses grupos tinha conhecimento, contatos, informações e habilidades para compartilhar e, juntos, era possível cocriar e inovar para um resultado de sucesso, para cada um e para o coletivo.

Se no voluntariado TODOS ganham — quem pratica, quem recebe e quem promove a ação —, o trabalho em rede é também um ganha-ganha! Nesse processo todos aprendem, todos contribuem e todos saem mais fortalecidos e confiantes.

A coesão do grupo é essencial, assim como o incentivo e o apoio que um oferece ao outro, para se atingirem os objetivos e se realizarem atividades propostas. Quando tudo é compartilhado, as conquistas tornam-se muito mais doces e especiais. Cria-se em rede um ciclo em que a realização gera realização e o sucesso gera sucesso. As relações no trabalho em rede geram uma grande amizade.

Antes de apresentar o JUNTOS, deixo aqui cinco razões pelas quais o trabalho em rede é importante.

1. Reúne uma diversidade de pensamentos, criatividade, perspectivas, oportunidades e abordagens em busca de soluções inovadoras, com mais eficiência e eficácia.
2. Incorpora estratégias que otimizam, ampliam e melhoram os resultados.
3. Oferece oportunidades de aprendizado, troca de conhecimento e contato com diferentes pessoas e projetos, mas que possuem propósito e valores comuns.
4. Promove a sinergia na qual, por meio de apoio mútuo, cooperação e incentivo, a responsabilidade pelos resultados alcançados é coletiva.
5. Cria uma unidade e promove a lealdade e a amizade em um ambiente seguro e confiável, generoso e gentil.

JUNTOS - Redes Unidas pelo Voluntariado Empresarial é a reunião das mais importantes redes de promoção do voluntariado corporativo, que desde abril de 2020 se uniu para promover o voluntariado, com palestras de engajamento e conteúdos atualizados.

Percebemos o quanto, unidos, poderíamos realizar e aprender e, assim, seguimos juntos pelo voluntariado e pelo voluntariado empresarial. 🌐

Fazem parte do JUNTOS, a rede das redes pelo voluntariado empresarial:

Conselho Brasileiro de Voluntariado Empresarial — CBVE:
<https://www.cbve.org.br/>

Conselho Mineiro de Voluntariado Corporativo — CMVC:
<https://cdm.org.br/cmvc/>

Conselho Latino-Americano de Voluntariado Empresarial — CLAVE:
<http://empresasclave.org/>

Voluntare: <https://www.voluntare.org/>

HUB Atados de Voluntariado Empresarial: <http://www.atados.com.br/>

Grupo de Estudos de Voluntariado Empresarial — GEVE, do qual sou fundadora e voluntária desde 2009:
www.voluntariadoempresarial.org.br



MONELLO **CONTADORES**

CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR

50 ANOS

**de Compromisso com
as Entidades do Terceiro Setor**

A Monello Contadores traz inovação e técnica contábil para as empresas do Terceiro Setor, Sua missão é promover segurança, transparência, planejamento e os melhores resultados, visando assim o desenvolvimento social de seus parceiros.

Nossa visão é prestar serviços contábeis, fiscais e de assessoria, sempre pautados pela ética, responsabilidade social e ambiental, características essenciais do Terceiro Setor.

O principal intuito da Monello Contadores é oferecer os melhores serviços àqueles que têm o interesse em se tornar parceiro na construções de um País mais justo e solidário.



MONELLO
CONTADORES

CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR

Escritório Contábil Dom Bosco

SÃO PAULO/SP:

Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655 - 1º e 2º Andar

Perdizes - CEP 01150-001

Fone/Fax: (11) 3868.6333

www.monellocontadores.com.br



O TRABALHO MAIS INCLUSIVO É O TRABALHO VOLUNTÁRIO



ROBERTO
RAVAGNANI

A palavra da moda, e absolutamente necessária, é a inclusão. Vou repetir, importantes e fundamentais são a palavra e a atitude de inclusão. O trabalho voluntário historicamente é inclusivo, sem nunca ter sido necessária qualquer tipo de intervenção para que ele o fosse. Por si, por suas características, o trabalho voluntário sempre mostrou a importância da inclusão.

O voluntário, quando chamado, jamais é excluído por qualquer que seja sua condição física ou intelectual.

Quantas histórias de superação e motivação observamos pelo caminho, que, aliadas ao voluntariado, se mostram uma potente “arma” de desenvolvimento humano; devidamente utilizadas, promovem grandes transformações em quem é assistido por esse trabalho voluntário.

Quando me perguntam qual legado quero deixar com minha história, a resposta sempre tem sido a mesma: o legado do exemplo do poder de transformação do mundo, sem medo de ser ufanista. Este é o maior legado que podemos deixar — o exemplo.

Sendo assim, quando pensar em alguma atividade para exemplificar a inclusão, pense ou faça trabalho voluntário. Quando quiser fazer com que alguém entenda a inclusão, leve essa pessoa para fazer trabalho voluntário.

E aqui é o momento perfeito para escrever aquelas frases fantásticas que grandes criadores profeririam, como, por exemplo:

- Trabalho voluntário: o trabalho da inclusão.
- Voluntariado e inclusão, um complementa o outro.
- Inclua o trabalho voluntário em sua vida e entenda o que é inclusão.
- Venha ser voluntário e passe a fazer parte de um mundo novo, mais inclusivo.

Não sei se são tão boas, mas fui eu que as criei. O importante é que o recado que quero passar seja captado e entendido: a inclusão e o trabalho voluntário andam de mãos dadas, juntos.

Vai aqui um pequeno puxão de orelha nas organizações que ainda não aderiram ao movimento voluntário de forma organizada, profissional. Se for para fazer de qualquer jeito, melhor que não se faça, pois será um desserviço ao trabalho voluntário.

O voluntário deve ser tratado com dignidade, profissionalismo e gratidão, pois está entregando parte de seu tempo, o bem mais precioso que temos, para a organização em que você trabalha ou que você dirige.

Quanto mais organizações sérias e comprometidas com o voluntariado tivermos, melhor será o voluntário, melhor será a inclusão e melhores serão nossas organizações sociais. Somente juntos poderemos crescer e fazer mais por nossa sociedade. 🌐

Roberto Ravagnani é palestrante, jornalista, radialista, Consultor, especialista em voluntariado e responsabilidade social empresarial. Voluntário palhaço hospitalar, CEO da R. R. Desenvolvimento e Transformação Humana LTDA, Diretor do Grupo DADIVAR, CEO do VOL, porta voz pela ONU, Global Friends of Volunteering (IAVE), associado da VRS Consult da Guatemala, professor de Voluntariado da PADLA – México e Membro da comunidade Ibero-americana de responsabilidade Social e sustentabilidade. [@roberto.ravagnani](https://twitter.com/roberto.ravagnani)

**QUAL O CAMINHO
PARA MOBILIZAR
RECURSOS PARA
SUA ORGANIZAÇÃO?**

QUEM SOMOS

A Criando presta serviços para Organizações da Sociedade Civil e Negócios Sociais que queiram participar ativamente do desenvolvimento cultural e socioambiental.

SERVIÇOS



PLANO ESTRATÉGICO DE MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS



ELABORAÇÃO DE PROJETOS



ESTATUTOS E CERTIFICAÇÕES



INCENTIVOS FISCAIS



CRIAÇÃO DE INDICADORES



CURSOS E OFICINAS



INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO

CONTATE-NOS



OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MOVIMENTAM O **TERCEIRO SETOR**



ANA PAULA
BRAGA

Historicamente, nosso planeta Terra vem apresentando constantes transformações, tais como alterações geológicas, mudanças climáticas, a origem dos seres vivos e do mundo animal, nas quais observamos ciclos de sustentabilidade perenes.

Com a evolução das espécies e o ser humano passando a habitá-lo, constatamos o desenvolvimento do potencial criativo da humanidade; o crescente avanço das tecnologias; a otimização de processos; e a globalização, acompanhados muitas vezes, infelizmente, de degradações da sustentabilidade em detrimento da diversidade de interesses individuais. O meio ambiente entrou em colapso e, consequentemente, tudo que dele advém também está comprometido.

As reações adversas do desenvolvimento econômico desenfreado das nações têm deteriorado a qualidade de vida no nosso planeta, e a natureza vem dando sinais de saturação na conservação de importantes biomas.

Vale destacar que o mundo globalizado impõe às pessoas desafios constantes na obtenção e atualização de conhecimento; mundialmente, as desigualdades sociais e econômicas não favorecem a equidade nas oportunidades de desenvolvimento pessoal, consequentemente na conscientização sobre a importância do desenvolvimento sustentável.

A sustentabilidade, em todos os seus aspectos — econômicos, sociais, ambientais, políticos e culturais — é um objetivo, um processo e um assunto de interesse global.

Assim, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou, em 2015, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e fixou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Trata-se de “um plano global de desenvolvimento, uma oportunidade única para ações coerentes e de longo prazo, a ser adotadas por todas as sociedades” (Ribeiro, 2018, p. 117), sejam estas as de países desenvolvidos, sejam as de países em desenvolvimento.

No Brasil, todas os entes federativos receberam a árdua tarefa de repensar, planejar e fornecer mecanismos para o alcance de resultados da gestão pública, baseados nos Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O engajamento da sociedade civil e das empresas privadas, grandes mobilizadores das causas sociais, contribui e fortalece as ações do Poder Público nessa missão. Muitos recursos estão direcionados para a pactuação com as organizações sociais, tendo como objeto a execução de projetos sociais atrelados aos ODS.

O Brasil está enfrentando uma crise econômica e financeira, com uma crise epidemiológica e uma crise institucional (uma retroalimentando a outra), e tudo acontece em um contexto de estagnação do seu desenvolvimento e de agravamento da desigualdade social.

A economia, tendo em vista a sua contração, a geração de emprego e renda, pelo menos em um primeiro momento se manterá bastante retraída. A desigualdade social estará bem mais evidente, o que elevará a demanda pela busca por serviços públicos de assistência à população em situação de vulnerabilidade. Nesse contexto, observamos tendências ao crescimento da criminalidade, o que também exigirá investimentos públicos.

Os gestores públicos, por força dos ODS e focados em planejamentos estratégicos para driblar as adversidades presentes e futuras a que toda a sociedade está sendo e será submetida, enfatizaram no Plano de Metas da Gestão Pública e nas peças orçamentárias ações e direcionamentos de recursos para o atendimento às políticas públicas baseados nos Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

São tempos oportunos ao terceiro setor, diante da enorme gama de possibilidades que se apresentam atualmente para a captação de recursos, seja para a execução de projetos sociais direcionados e publicizados por editais privados e editais de chamamentos público, seja para fomentar a realização de projetos sociais próprios.

O momento exige a profissionalização institucional do terceiro setor, isto é, as organizações sociais precisam quebrar paradigmas e adotar diretrizes administrativas empresariais: planejar, organizar, dirigir e controlar — enfoque do iminente Marco Regulatório do Terceiro Setor — para, assim, além de cumprirem as suas finalidades estatutárias, se estabelecerem de forma sustentável.

As associações e fundações são entidades sem fins lucrativos, o que equivale a dizer que não distribuem os seus lucros aos seus associados ou curadores, respectivamente. No entanto, são empresas, ainda que sem fins lucrativos, e estão submetidas ao cumprimento de obrigações legais, com o objetivo de alcançar resultados, que serão revertidos para o desenvolvimento de projetos sociais. Esse recurso próprio destina-se ainda à sua manutenção administrativa e à possível expansão dos seus atendimentos sociais.

Para a captação de recursos que possam garantir a sustentabilidade das organizações sociais, é imprescindível o desenvolvimento de projetos sociais que atendam a critérios e formatos técnicos de elaboração. A profissionalização dos seus colaboradores tem fundamental importância nessa produção, bem como em todas as outras etapas que envolvem a gestão do negócio social, a prestação de contas dos recursos captados e, por fim, a avaliação positiva demonstrada pelo alcance dos resultados.

O Terceiro Setor é um poderoso aliado da Agenda 2030, pois os seus mais distintos objetos, tais como apresentados nos seus projetos sociais, aludem aos ODS. As organizações sociais são propulsores de mobilizações da sociedade ao apelo universal de proteção ao nosso planeta e de um futuro melhor para a humanidade. 



AS TRÊS LETRAS QUE DIFERENCIAM AS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR



ALEXANDRE CHIARATTI

As entidades do Terceiro Setor (independentemente de certificação) são verdadeiras protagonistas à frente da nossa sociedade, que atuam em questões importantes não apenas nas grandes capitais mas também nos locais mais isolados do nosso Brasil. Contribuem nas mais diversas áreas, por exemplo, levando educação de qualidade, promovendo a saúde e atendendo em sua rede de hospitais mais de 60% da população brasileira. Na assistência social, são muitas atuações, que vão desde o atendimento a idosos, crianças e adolescentes até mesmo à promoção do mercado de trabalho. Não tenho a intenção de mencionar todas as ações, mas vale descrever a não menos importante participação relacionada ao meio ambiente, que contribui desde para a agricultura familiar, orientando o pequeno produtor, até o monitoramento de espécies silvestres e áreas de preservação ambiental. São muitas entidades atuando nas mais diversas áreas e fazendo a diferença na vida de muitos brasileiros.

Neste breve momento de leitura, vou descrever um pouco da minha vivência (de mais de 20 anos) com as entidades que atendo, por meio da Audisa, em

todo o território nacional e nas mais diversas áreas de atuação no Terceiro Setor.

A cada dia, observo que a sociedade está, além de mais exigente, muito mais consciente e utilizando de formas mais criteriosas para exercer o seu poder de escolha.

Vocês já pensaram por que um investidor social ou um doador seleciona a entidade A e não a sua (ambas atuando com atividades similares, na mesma região e com o mesmo tempo de mercado)? Por que existem entidades recebendo vultosos recursos e outras passando por extremas dificuldades?

Existem inúmeros pontos importantes e exemplos que tenho acompanhado, e poderia descrever centenas de páginas sobre eles, mas no momento vou focar nos que estão em maior evidência e podem mudar o rumo da sua entidade (para melhor, com certeza!).

- **MEIO AMBIENTE:** Seus reflexos no nosso planeta (altas temperaturas, controle irregular do lixo, efeito estufa, desequilíbrio ambiental) e as consequências nas nossas vidas. Em inglês, a palavra utilizada é *environment*.
- **SOCIAL:** A importância desta área para as entidades, valorizando o ser humano e os relacionamentos

com os seus parceiros: fornecedores, clientes (internos e externos) e a sociedade. Em inglês, *social*.

- **GOVERNANÇA:** Profissionalismo e, principalmente, a administração eficiente e eficaz, levando em consideração a ética e a transparência. Em inglês, *governance*.

As palavras meio ambiente (*environment*), social (*social*) e governança (*governance*) formam uma sigla que vem ganhando espaço no Terceiro Setor e diferenciando as entidades de forma positiva, a conhecida ESG (do inglês *environmental social governance*). Conceitos vistos, vou dizer como as três letras podem ajudar a sua entidade:

Na letra **G**, menciono governança e vejo que as entidades com sistemas de controles internos mais adequados, com procedimentos de gestão bem definidos, que se preocupam com a contínua profissionalização, buscando melhorar seus processos, produtos/atendimento, qualificando as pessoas, acompanhando as mudanças com visão abrangente para a inovação e aperfeiçoamento de equipes apresentam enorme vantagem sobre as demais — que, além de não se profissionalizarem, ainda estão pensando que basta realizar uma boa ação.

Presencio mensalmente doadores (no Brasil e do exterior) direcionarem seus investimentos e/ou doarem recursos para as entidades que demonstram ter sistemas de governança ativos, que apresentam a sua contabilidade em conformidade com as normas técnicas e legais, facilitando a visualização das origens (de onde vem o dinheiro) e aplicações (como foi usado o dinheiro) dos recursos.

Entidades que apresentam ações mais transparentes e preferencialmente analisadas por auditores independentes (com visão independente, opinando sobre o que constatarem) levam vantagem sobre as demais. Lembro que a auditoria independente é vista como um dos pilares da governança, que ajuda a entidade a se ajustar e a se repensar constantemente, favorecendo o acompanhamento das mudanças e fortalecendo a sua imagem e segurança.

Na letra **S**, a parte social nas entidades costuma ser bem estruturada, com inúmeros programas e projetos desenvolvidos em conformidade com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e trabalhos incríveis. Entretanto, o que elas também precisam levar em consideração são as questões internas (da entidade) relacionadas à gestão de recursos humanos, ao respeito às diversidades, à inclusão social, a melhores condições de trabalho e à igualdade de direitos e oportunidades, com políticas claras e definidas.

Trata-se do próprio relacionamento entre as pessoas na entidade, assim como com as comunidades atendidas. Qual é a imagem que a sua entidade apresenta para a sociedade?

Todos são critérios importantes que os investidores sociais/ doadores levam em consideração nas suas escolhas. (Existe alguma denúncia ou processos envolvendo essa entidade — trabalhista, moral, ético, entre outros? Ou algo que possa comprometer a imagem dela e consequentemente a do investidor social/ doador, que pode ter a sua imagem atrelada a ela no momento do investimento/doação?) Muito mais que o atendimento da sua missão, eles conseguem perceber o tamanho da questão social que deve ter sempre início dentro da entidade, com boas práticas e exemplos que levam em consideração o respeito e o humanismo amplo

A letra **E** refere-se à área ambiental. Vejo que as entidades mais preocupadas com a racionalização de recursos que impactam o meio ambiente, buscando recursos renováveis e utilizando melhor os recursos naturais (sem desperdício), controlando os efeitos poluentes e a geração de resíduos, são mais do que bem-vistas pelos investidores sociais, **são as que eles procuram**. Esse é um dos fatores decisivos na escolha.

Também preciso mencionar que as pessoas sentem orgulho em trabalhar em um local assim, que visa reduzir o impacto ambiental e proteger o meio ambiente. Elas passam a ser ainda mais produtivas em um ambiente agradável e consciente. Multiplicam para o mercado as palavras e boas ações da entidade em que atuam.

Entendo que ter essas três letras, ESG, efetivamente funcionando em uma entidade está longe de ser fácil, e não é algo que se faça de uma hora para a outra, mas é um caminho que exige o primeiro

passo (conscientização/ repensar) e alguns investimentos (em pessoas assim como financeiros), além de muita ação e comprometimento da liderança, aliada ao convencimento e ao envolvimento de todos.

Com base em tudo que acompanho e que procurei passar de forma resumida para vocês neste texto, estou convicto que as entidades que tiverem as três letras (gestão profissional, transparente e com total respeito às questões sociais e ambientais) ativas (em funcionamento) vão se destacar das demais, que ainda não perceberam que a sociedade está mais exigente e consciente. E esse destaque terá reflexos positivos, que vão desde a melhora na imagem até a situação financeira, permitindo que elas tenham condições ainda melhores de realizar, de forma plena, a sua missão.

Agora que já sabe como diferenciar de forma positiva a sua entidade e, com isso, ainda torná-la a preferida dos investidores sociais/ doadores, está com você seguir em frente e iniciar a caminhada com o primeiro passo rumo ao sucesso! 🌟

*Entidades que apresentam
ações mais transparentes
e preferencialmente
analisadas por auditores
independentes (com visão
independente, opinando
sobre o que constatarem)
levam vantagem sobre as
demais*



CAPTAR RECURSOS NÃO É VENDER UM PROJETO OU UMA IDEIA, É **CONQUISTAR PARCEIROS**

Captar recursos é consequência de uma série de ações planejadas, institucionais e profissionais que resultam em parcerias significativas e duradouras. Mas há aquele que só capta recursos com amigos e conhecidos; podemos chamá-lo de lobista, pois ele realiza uma ação não planejada, pessoal, amadora e que traz parcerias momentâneas.



RICARDO
DE SOUZA
SANTOS
FALCÃO

Captar recursos não é vender um projeto ou uma ideia, é conquistar parceiros. Embora nosso desejo seja encontrar uma fórmula mágica para tanto, o que existe e sempre vai existir é uma mistura equilibrada de preparação, habilidade, bom senso, intuição e muito, muito trabalho. E a sorte? Garanto que, ao aplicar ao processo com conhecimento e foco, você ficará surpreso com a sorte que tem.

Ricardo de Souza Santos Falcão é consultor internacional com mais de 50 anos dedicados ao terceiro setor na iniciativa privada, Organizações das Nações Unidas (ONU) e United States Agency for International Development (USAID). Formado em Economia e especializado em Planejamento, é professor do MBA em Terceiro Setor do Laboratório de Responsabilidade Social e Sustentabilidade do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/Lares). Autor do livro *Elaboração de Projetos e sua Captação de Recursos*.

Vamos classificar os recursos em quatro tipos:

- **Recursos que você gera:** Instituições sem fins lucrativos podem ser donas de empresas com fins lucrativos se o seu estatuto assim permitir. Existem instituições que vivem do aluguel dos seus imóveis, da administração de estacionamento, da venda de produtos em lojas comerciais, da prestação de serviços etc. Esses recursos são os melhores porque a instituição não depende exclusivamente de terceiros.
- **Recursos de patrocinadores:** Pessoas físicas ou jurídicas que colocam recursos financeiros na instituição para que ela gerencie o recurso com liberdade.
- **Recursos de apoiadores:** Pessoas físicas ou jurídicas que doam equipamentos ou prestam serviços de forma *pro bono* para a instituição.
- **Recursos de parceiros:** Normalmente pessoas jurídicas que colocam recursos financeiros nos projetos com utilização predeterminada.

Uma regra básica da vida é que, para se ganhar dinheiro, é preciso investir; até para se ganhar na loteria é preciso comprar o cartão. O ganho é proporcional ao investimento e à probabilidade de sucesso que ele sinaliza.

Os *Homo sapiens*, que não são chamados de *sapiens* à toa, já diziam: “Nunca coloquem todos os ovos na mesma cesta.” Então, é muito melhor ter cem financiadores contribuindo com 1% do orçamento do que ter um financiador contribuindo com 100%.

Acontece que, para se ter cem, mil ou 10 mil, é preciso um investimento proporcional. Assim, a primeira atividade para se captarem recursos é a realização do planejamento de captação, quando, com base nos recursos humanos, materiais e financeiros de que dispomos, iremos determinar a nossa meta de captação. Como é comum as instituições não terem muitos recursos para investir, recomenda-se a captação de recursos de parceiros por meio de projetos. Esse é o tipo de captação que exige menos recursos humanos, financeiros e materiais para se obterem bons resultados.

É indicada uma ação proativa e não apenas reativa. Buscar recursos apenas por meio de editais é uma ação reativa. O número de financiadores que não têm editais é superior ao dos que têm editais, mas para encontrá-los é preciso aumentar o campo de potenciais financiadores, saindo de uma ação focada apenas no setor público e ampliando-a para o setor privado e o terceiro setor (todo aquele que recebe recursos para investir no terceiro setor em si).

É importante, para se conquistar um parceiro, conhecê-lo; nisso, ajuda muito a criação de um banco de financiadores com as características de cada um.

Vital para a captação de recursos é que a instituição passe credibilidade. Não importa quão maravilhosa é a sua causa, sem credibilidade ninguém irá investir nela. Credibilidade significa: (a) profissionais qualificados exercendo funções para

Captar recursos é conquistar parceiros, e o que se conquista é sucesso

as quais estão capacitados, (b) experiências institucionais bem-sucedidas e (c) reconhecimento público.

A credibilidade nasce do sucesso da instituição e da divulgação desse sucesso. Não é suficiente realizar um bom trabalho, é fundamental que os outros saibam que nós realizamos esse bom trabalho. Por isso, é muito importante que as instituições tenham a assessoria de profissionais de imprensa e *marketing*, para que a divulgação do seu trabalho seja feita de forma profissional.

Hoje os financiadores, na sua grande maioria, não fazem caridade, mas investimento social. Investimento significa que eles esperam um retorno objetivo e não algo subjetivo, como felicidade e autoestima elevada. O subjetivo pode estimular você a atingir um objetivo, mas não é um fim em si mesmo.

Realizar um bom trabalho, para uma instituição, significa que ela é um caso de sucesso, e o sucesso não reside no número de pessoas que você atende. Sucesso é o que aconteceu com o seu beneficiário depois que ele entrou na instituição. Uma das formas de se medir o sucesso de um hospital é pelo número de pessoas que saem de lá curadas, o sucesso de uma escola é medido pelo número de pessoas que aprenderam a matéria, o sucesso de uma instituição está no número de pessoas que tiveram as suas vidas transformadas.

A melhor forma de se determinar o sucesso de uma instituição é com indicadores de impacto, que são indicadores de longo prazo, e com indicadores de resultado, que são indicadores de curto prazo.¹

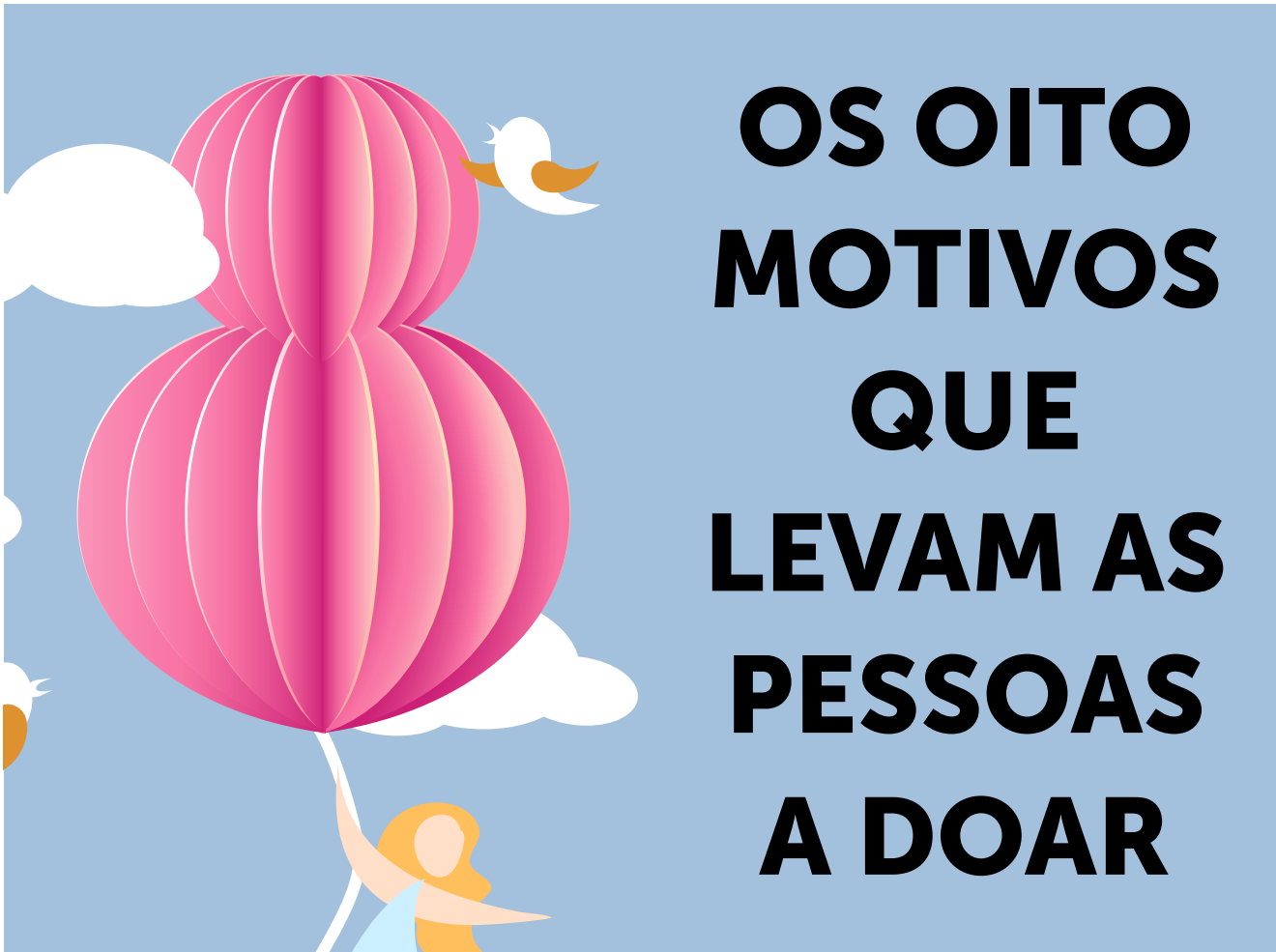
O que mais facilita a captação de recursos é a criação de uma área de captação. Não existe setor público sem área de arrecadação, não existe setor privado sem área de comercialização, então não deveria existir instituição sem área de captação. Não se deve ter áreas que consomem recursos e não ter uma área que vá gerá-los. O pato é um animal multitarefa que voa, nada e anda, mas não faz nada direito. Se se quer captar muitos recursos, deve-se ter uma área com pessoas fazendo apenas isso.²

“Um programa bem-sucedido de levantamento de fundos é descrito como uma série contínua de desapontamentos pontuada por uns poucos sucessos”

Leis de Shaver 

¹O tema “indicadores” será abordado nos próximos artigos.

²A área de captação de recursos será o tema do próximo artigo.



OS OITO MOTIVOS QUE LEVAM AS PESSOAS A DOAR

A doação faz parte da humanidade. Esteve presente, por exemplo, na origem das três maiores religiões monoteístas do mundo e permanece até hoje na doutrina de todas elas: no catolicismo (dízimo), no islamismo (zatat) e no judaísmo (tzedakah).

Fez-se notar também em inúmeros momentos da nossa história, como na Grécia antiga, conforme relatado pelos filósofos da época, ou no Renascimento, com a patronagem que os mais ricos faziam de artistas e intelectuais.

E assim permaneceu por muito tempo, geralmente ligada a questões religiosas ou às elites da época.

Com o tempo, porém, a sociedade se desenvolveu e se ampliaram também as oportunidades e os motivos de realizar doações.

Começando na Europa (com as corporações de ofício) e depois se expandindo para as demais regiões do mundo, as organizações da sociedade civil foram surgindo e se consolidando



JOÃO PAULO VERGUEIRO

como um setor próprio em cada país, geralmente conhecido como setor filantrópico.

Nesse processo de consolidação, as doações passaram a ter papel fundamental para a autonomia e a independência das organizações, que aperfeiçoaram técnicas para conquistá-las, expressas hoje no que conhecemos

como captação de recursos (conceito muito maior do que apenas conseguir doações, mas isso é papo para outra hora).

Aos poucos, as doações foram tendo cada vez mais peso no financiamento das causas e instituições sem fins lucrativos e alcançando grandes volumes. É o caso dos Estados Unidos, onde elas ultrapassam 2 bilhões de reais ao ano (Lily Family School of Philanthropy, 2021), e do Brasil, com mais de 10 bilhões de reais sendo doados por indivíduos em 2022 (IDIS, 2021).

No movimento de valorização da doação perante a sociedade civil, a que tem origem nos indivíduos é a mais importante de todas porque é também a mais expressiva, representando 70%

de tudo o que é doado nos Estados Unidos (Lily Family School of Philanthropy, 2021). No Brasil não se conhece a proporção exata, mas nenhuma pesquisa que apresenta dados de doações de fundações ou empresas mostra um número que sequer chegue perto do total doado pelas pessoas anualmente.

E, se a doação dos indivíduos é realmente importante como fonte de receita para as organizações da sociedade civil, conforme mostram as pesquisas, é fundamental entender os motivos que levam as pessoas a doar para alavancarmos ainda mais a solidariedade delas.

Em trabalho no qual revisaram boa parte da literatura internacional sobre filantropia, as pesquisadoras René Bekkers e Pamala Wiepking (2011) identificaram oito mecanismos que levam as pessoas a doar para organizações sem fins lucrativos. São eles:

- 1 – Percepção da necessidade:** o primeiro requisito para doar é a consciência que as pessoas têm de uma determinada necessidade que requer sua ajuda. Essa percepção é muito mais forte no caso de catástrofes e emergências, a exemplo da COVID-19, que gerou o maior movimento de doações da história do país (ABCR, 2021).
- 2 – O pedido:** este é o segundo mecanismo que precede o ato da doação. Sem o pedido, a doação dificilmente se realiza, e pesquisas indicam que 85% de todas as doações são de fato efetuadas após o doador receber um pedido. Este pode ser expresso de várias formas, não apenas verbalmente, mas também por e-mail, telefone, mensagem na internet etc.
- 3 – Custos e benefícios:** a facilidade de se realizar uma doação, os custos de fazê-lo e os benefícios inerentes a ela são um mecanismo importante que leva as pessoas a doar. No Brasil, por exemplo, a disseminação do PIX tornou o processo de doação extremamente fácil e barato, facilitando sua ampliação. Por outro lado, não contamos com uma estrutura de incentivo fiscal que possibilite o abatimento fiscal para as doações realizadas (no Brasil as leis permitem a dedução de 100% do que é transferido para projetos sociais, caracterizando-a como direcionamento de imposto e não como doação). Finalmente, há modelos de doação que incluem benefícios, como contrapartidas a doadores com convites em eventos especiais, entrega de produtos etc.
- 4 – Altruísmo:** uma razão observada que leva muitas pessoas a doar é a o fato de elas estarem verdadeiramente preocupadas com a causa ou com os resultados apresentados pela organização que recebe sua doação. É um compromisso verdadeiro de fazer a diferença.
- 5 – Reputação:** outro mecanismo que leva à doação é a expectativa que as pessoas têm da repercussão social que sua contribuição vai trazer, melhorando sua imagem perante a comunidade. Ou o inverso — a expectativa de que, ao não realizarem a doação, sua imagem será prejudicada

em determinado grupo social; parte daí o estímulo que as leva a doar.

- 6 – Benefícios psicológicos:** a doação também proporciona benefícios psicológicos a quem doa. O prazer da doação é um deles. Sentir-se bem por ter realizado uma contribuição para uma causa é um mecanismo que pode levar muitas pessoas a doar. Outro potencial benefício psicológico é para a autoimagem da pessoa, que ao doar se sente melhor psicologicamente, acreditando estar contribuindo para a sociedade.
- 7 – Valores:** indivíduos muitas vezes doam por entender que as organizações representam seus valores na sociedade e que, por meio delas e das doações que realizam, eles conseguem construir um mundo melhor. Com isso, suas crenças e valores estão alinhados com os das instituições que eles apoiam.
- 8 – Eficácia:** pessoas doam em razão da percepção que têm de que seu apoio tem impacto real na causa apoiada. Por outro lado, se elas acham que sua doação não trará resultado algum para a causa ou para a organização, a tendência é que doem menos.

Os oito mecanismos descritos são importantes e não devem ser considerados isoladamente como influenciadores da doação de indivíduos. Cada um pode vir a ter determinada influência no processo de decisão da doação, é verdade, e eles também podem estar combinados — especialmente com o pedido.

Para quem capta recursos, o desafio é refletir sobre como cada um desses mecanismos funciona e, assim, construir estratégias de captação — e de comunicação — para ampliar ainda mais o número de pessoas e o valor recebido por meio de doações individuais.

É um bom desafio, e é um desafio possível. 🌍

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABCR. Monitor das Doações COVID-19. Disponível em <https://covid.monitoradasdoacoes.org.br/pt>. Acesso em 15 de março de 2022.

BEKKERS, René e WIEPKING, Pamela. A Literature Review of Empirical Studies of Philanthropy: Eight Mechanisms that Drive Charitable Giving. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 40(5), 924-973, 2011. Disponível em <https://research.vu.nl/ws/files/3081354/Bekkers%20Wiepking%2011%20NVSQ%20postprint.pdf>. Acesso em 15 de março de 2022.

INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL (IDIS): Pesquisa Doação Brasil 2020. Disponível em <https://pesquisadoacaobrasil.org.br/>. Acesso em 15 de março de 2022.

Lilly Family School of Philanthropy. Giving USA 2021: In a year of unprecedented events and challenges, charitable giving reached a record \$471.44 billion in 2020. Disponível em [https://philanthropy.iupui.edu/news-events/news-item/giving-usa-2021:-in-a-year-of-unprecedented-events-and-challenges,-charitable-giving-reached-a-record-\\$471.44-billion-in-2020.html?id=361](https://philanthropy.iupui.edu/news-events/news-item/giving-usa-2021:-in-a-year-of-unprecedented-events-and-challenges,-charitable-giving-reached-a-record-$471.44-billion-in-2020.html?id=361). Acesso em 15 de março de 2022.



PIX PARA RECEBER DOAÇÕES: SÓ VANTAGENS?

Já se perguntou se teria melhores resultados com uma iniciativa de arrecadação de recursos por meio do PIX direto, ou uma campanha de captação estruturada e com diversas opções de pagamento?

Lançado no final de 2020, o PIX é um meio de pagamento eletrônico que vem facilitando as transações bancárias, e, embora tenha diversas vantagens, o PIX direto pode não ser a melhor escolha para fazer arrecadação de dinheiro na internet. As campanhas estruturadas com ferramentas de captação especializadas continuam sendo uma opção melhor. Veja alguns dos motivos.



ANA
LEVY

que os apoiadores possam até parcelar no cartão de crédito, e o dinheiro ainda é adiantado para o criador da campanha.

E, ainda, além do PIX, que também é oferecido, ele pode preferir a opção boleto, já que muitos ainda se sentem mais seguros com essa modalidade.

Ou seja, dando mais opções em apenas um clique você aumenta a sua conversão.

O QUE É PIX?

O PIX chegou recentemente como uma solução de pagamento supervantajosa, com certeza um grande passo para todos! Ele é gratuito para as transações *online* entre bancos diferentes de pessoas físicas. Além disso, é instantâneo e funciona em todos os dias e horários.

No entanto, se você está pensando em arrecadar dinheiro para sua ONG ou qualquer outra causa, essa forma de pagamento sozinha apresenta certas desvantagens em comparação com as campanhas realizadas em plataformas especializadas, pois, além de abrir espaço para fraudes, não fornece identificação.

Com as facilidades de transferência bancária proporcionadas pelo PIX, é comum ficar na dúvida entre qual opção é a melhor. As duas formas possuem diversas vantagens, porém campanhas estruturadas se destacam.

Opção de pagamento

Os doadores da sua campanha possuem condições e preferências diferentes na hora de fazer a contribuição. Por isso, uma campanha em uma plataforma de captação permite

Segurança

Infelizmente, pessoas mal-intencionadas têm criado campanhas com PIX falsos, o que gera muita insegurança e diminui as contribuições.

As campanhas em plataformas especializadas são extremamente seguras, pois trabalham com *QR code* e números “copia e cola” individualizados, ligados somente à sua campanha e, ainda, que expiram caso não sejam usados. Proporcionam a melhor experiência para organizações e doadores.

É possível ter controle de quem ajudou, das pessoas que iniciaram o processo de doação e não o finalizaram, entre outros benefícios. O banco de dados completo dos doadores é seu!

A dica de ouro é...

Nunca se apoie 100% em um único caminho para receber doações, principalmente se ele não lhe fornecer nenhum controle, informações e segurança.

O mais importante é facilitar a vida do seu doador e, assim, aumentar os seus resultados. Teste, diversifique e garanta que tudo será feito de forma segura, transparente e que proporcione à sua instituição um controle completo. A sustentabilidade depende principalmente da sua capacidade de gerir os seus doadores, o seu banco de dados; isso vai custar mais barato do que começar sempre do zero. 🔄

Se sua OSC busca resultados transformadores, sustentabilidade e transparência, está na hora de investir em uma assessoria contábil especializada

Serviços especializados reconhecidos pelo Terceiro Setor

Com mais de 25 anos de experiência no atendimento a organizações do Terceiro Setor, a S&C é uma empresa referência na prestação de serviços que contribuem com gestão profissional das entidades sem fins lucrativos do Ceará e de outros estados do País, sempre com foco nos resultados sociais.

Temos uma equipe multiprofissional apta a prestar o melhor atendimento nas mais diversas áreas, seja contábil; tributária; prestação de contas; elaboração de projetos; setor pessoal; realização de treinamentos; obtenção ou renovação de certificações, como o CEBAS; entre outros serviços.

Experiência, identificação com causas sociais e compromisso que têm contribuído com a sustentabilidade de várias Organizações da Sociedade Civil no alcance de seus projetos sociais.



ASSESSORIA
CONTÁBIL

ESPECIALISTA EM TERCEIRO SETOR

  secontabil

www.secontabil.com.br

Nossos serviços e áreas de atuação



ASSESSORIA
CONTÁBIL



SETOR
PESSOAL



ELABORAÇÃO
DE PROJETOS



PRESTAÇÃO
DE CONTAS



ÁREA DE
LEGALIZAÇÃO



ÁREA
TRIBUTÁRIA



TREINAMENTOS



OBTENÇÃO E
RENOVAÇÃO
DO CEBAS





CULTURA PARA QUÊ?



VALDIR
CIMINO

A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte”, a gente quer leitura, educação, teatro, saúde, qualidade de vida e felicidade.

Em tempos em que o *negacionismo*, a guerra e a violência assolam a paz mundial e retardam a sustentabilidade do planeta, não aceitar a realidade empírica é o mesmo que não aprender a *conhecer, a fazer, a conviver e a ser*.

O maior problema da negação em tempos de comunicação ampla e irrestrita é que a maldade e a ignorância multiplicam informações irreais, as *fake news*, e acabam produzindo novas realidades. As consequências desse processo são, na maioria das vezes, nocivas para a sociedade. Substituir argumentos científicos por crenças, valores individuais ou achismos abre ainda mais abismos culturais, educacionais e sociais. Tudo é uma questão de tempo — aliás, o tempo é o senhor do nosso destino. “*Tempo, tempo, tempo...*”

A humanidade já passou por situações corrosivas e lamentáveis que deveriam servir de exemplo para nunca mais serem reproduzidas. Para o bem e para o mal, a cultura produzida por uma sociedade é adaptada pela sensibilidade, empatia, signos, palavra, língua, hábitos e rotinas, clima e geografia, pela diversidade humana, que é a maior riqueza e propriedade ímpar do ser. Hoje, estamos no momento do “penso, logo existo”, ou melhor, do “penso, logo sobrevivo em um tempo tão desigual para todos”. Isso tem que mudar. Viver em sociedade é permitir democraticamente que a tecnologia abra espaços para relações humanizadas e integrativas, é estar atento ao consumo cada vez mais consciente, é pensar sobre o mundo que deixaremos para as futuras gerações. Que as nossas ideias sejam agregadoras para uma vida feliz — um desejo profetizado, mas não exercido em sua plenitude.

E, por falar em “penso, logo sobrevivo”, tem gente que não pensa, que deixa os outros pensarem por ela, que segue na ignorância; são pessoas fáceis de manipular nesta mídia globalizada. Tem gente que pensa, mas, por algumas circunstâncias, não se expressa e se instala na dependência. E tem gente que é interdependente, que identifica as várias possibilidades de clarear e transmitir conhecimento que aponte caminhos para o desenvolvimento da responsabilidade pessoal e social. Leonardo Boff faz-nos refletir sobre a importância do respeito cultural de cada ser: “cada um lê com os olhos que tem. E interpreta a partir de onde os pés pisam”. “Todo ponto de vista é a vista de um ponto”.

O ser humano evolui, mas parece que nestes tempos os ponteiros do relógio estão girando em sentido contrário. Precisamos mudar isso! Que tal promover nossa cultura, a

Viver em sociedade é permitir democraticamente que a tecnologia abra espaços para relações humanizadas e integrativas, é estar atento ao consumo cada vez mais consciente, é pensar sobre o mundo que deixaremos para as futuras gerações

grandiosa identidade regional brasileira? Formar leitores, favorecer e fortalecer a literatura? Estimular nossa criança interior com o lúdico criativo e a imaginação possibilita-nos ter mais leveza na vida e nas relações humanas. Termino por aqui, com este texto de Lygia Bojunga, “A Troca”:

Pra mim, livro é vida; desde que eu era muito pequena os livros me deram casa e comida. Foi assim: eu brincava de construtora, livro era tijolo; em pé, fazia parede, deitado, fazia degrau de escada; inclinado, encostava num outro e fazia telhado. E quando a casinha ficava pronta eu me espremia lá dentro pra brincar de morar em livro. De casa em casa eu fui descobrindo o mundo (de tanto olhar pras paredes). Primeiro, olhando desenhos; depois, decifrando palavras. Fui crescendo; e derrubei telhados com a cabeça. Mas fui pegando intimidade com as palavras. E quanto mais íntimas a gente ficava, menos eu ia me lembrando de consertar o telhado ou de construir novas casas. Só por causa de uma razão: o livro agora alimentava a minha imaginação. Todo dia a minha imaginação comia, comia e comia; e de barriga assim toda cheia, me levava pra morar no mundo inteiro: iglu, cabana, palácio, arranha-céu, era só escolher e pronto, o livro me dava. Foi assim que, devagarinho, me habituei com essa troca tão gostosa que no meu jeito de ver as coisas é a troca da própria vida; quanto mais eu buscava no livro, mais ele me dava. Mas, como a gente tem mania de sempre querer mais, eu cisme um dia de alargar a troca: comecei a fabricar tijolo pra em algum lugar uma criança juntar com outros, e levantar a casa onde ela vai morar. 🌀

REFERÊNCIAS

Titãs; Comida, Jacques Delors (1998), Caetano Veloso; Oração do Tempo, René Descartes/ 1633, Leonardo Boff e Lygia Bojunga; Livro. Um encontro.



A CONTABILIDADE E A AGENDA 2030



SANDRA
HELENA
PEDROSO

Você já ouviu falar na Agenda 2030? Nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)? O que isso tem a ver com a contabilidade? Tudo!

Vamos explicar o nosso entendimento.

A contabilidade é considerada uma ciência porque utiliza métodos científicos e princípios lógicos para demonstrar à sociedade o patrimônio das empresas, por meio de diversos “relatórios”. Entretanto, não podemos desconsiderar as diversas formas de apresentação dessas informações, tais como balanço social (BS), relatório de sustentabilidade empresarial, balanço social corporativo, relatório social e relatório socioambiental. Estes são alguns dos nomes utilizados pelas empresas, especialistas e acadêmicos para designar o material informativo sobre a situação da empresa em relação às questões sociais e ambientais, ou seja, o conjunto de informações e indicadores dos investimentos nas ações realizadas pelas empresas para o cumprimento da sua função social perante os seus funcionários, o governo e as comunidades com que interagem, direta e indiretamente.

O balanço social é um instrumento de demonstração das atividades das empresas que tem por finalidade conferir maior transparência e visibilidade às informações que interessam não apenas aos sócios e acionistas das companhias (*shareholders*), mas também a um número maior de atores: empregados, fornecedores, investidores, parceiros, consumidores e comunidades (*stakeholders*).

No Brasil, apesar de algumas propostas anteriores, o debate em torno do BS alcançou maior projeção somente a partir da campanha lançada em 1997 pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), liderada à época pelo seu então presidente, o sociólogo Herbert de Souza (Betinho). Essa campanha visava, principalmente, sensibilizar e estimular a noção de corresponsabilidade das empresas na busca de soluções para os profundos desequilíbrios da estrutura social do País. A fim de propiciar maior visibilidade dessa participação para o conjunto da sociedade, o Ibase elaborou um modelo de BS (o chamado Modelo IBASE1), com a colaboração de outras instituições. No mesmo ano, o tema passou a ser objeto do Projeto de Lei nº 3.116, de autoria das deputadas federais Marta Suplicy,

Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling, que estabelecia a obrigatoriedade da publicação do BS para empresas privadas com mais de cem funcionários e para todas as empresas públicas, concessionárias e permissionárias de serviços públicos. O projeto tramitou no Congresso Nacional após arquivamento temporário por conta do fim das legislaturas passadas, tendo sido reapresentado pelo deputado Paulo Rocha.

Paralelamente, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) apresentou, em 1997, em audiência pública, proposta de inclusão do BS nas demonstrações contábeis já exigidas das empresas de capital aberto, não tendo havido consenso na época quanto ao encaminhamento da matéria. Atualmente, porém, temos os relatórios específicos nos quais essas informações são obrigatórias e fazem a diferença para o investimento e a busca de novos acionistas.

Essa discussão toda levou à criação, a partir de 1º de janeiro de 2006, da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) 1.003/2004, que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade/Norma Técnica (NBC T) 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental, que trata especificamente do BS e das demonstrações, ressaltando a natureza social e ambiental da empresa. Diversas organizações incentivam e trabalham para a divulgação de informações socioambientais pelas empresas, como por exemplo o Instituto Ethos (ETHOS, 2003), o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS, 2002) e a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN).

Essas demonstrações vêm em consonância com a responsabilidade social. Um dos primeiros conceitos foi feito por Milton Friedman (apud ASHLEY, 2002), que afirma que é a empresa que responde às expectativas dos seus acionistas, ou seja, está atenta aos seus *stakeholders*. Letícia Veloso (2004) assevera que é a efetivação de ações sociais que, elaboradas ou implementadas diretamente por empresas ou, pelo menos, financiadas por elas, visa atenuar a pobreza, melhorar as condições de vida e promover a cidadania de grupos ou populações carentes. O professor Dow Votaw¹ afirma que não há consenso sobre o que é responsabilidade social. Para alguns, ela representa a ideia de responsabilidade ou obrigação legal; para outros, significa um comportamento responsável

O professor Dow Votaw afirma que não há consenso sobre o que é responsabilidade social. Para alguns, ela representa a ideia de responsabilidade ou obrigação legal; para outros, significa um comportamento responsável no sentido ético; para outros, ainda, o significado é o de responsável por alguma coisa de modo pontual

Sandra Helena Pedroso é doutoranda em Ciências Empresariais e Sociais na Universidad de Ciencias Empresariales Y Sociales, Buenos Aires, Argentina. Mestre em Sistema de Gestão de Projetos com foco em Responsabilidade Social pela Universidade Federal Fluminense/RJ e bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Santa Úrsula/RJ. Diretora do Ateliê de Cultura. Presidente do Observatório Social do RJ e Conselho Estadual de Alimentação Escolar do RJ (CEAE/RJ) e vice-presidente do Sindicont-Rio.

¹Professor emérito da Universidade da Califórnia (EUA), na Berkeley's Haas School of Business, citado em trabalho apresentado pelo Núcleo de Marketing para a Petrobrás em 2005, é considerado o pai da responsabilidade social no mundo.

Quem pode ser melhor para a produção de dados confiáveis sobre as empresas que o profissional da contabilidade? Esse é o nosso papel enquanto responsáveis técnicos das empresas — que de maneira geral aderiram também a essa Agenda 2030

no sentido ético; para outros, ainda, o significado é o de responsável por alguma coisa de modo pontual. Segundo ele, “muitos, simplesmente, equiparam-na a uma contribuição caridosa; outros a tomam pelo sentido de socialmente consciente”. Já Patrícia A. Ashley (2002) entende que se trata do compromisso contínuo, nos negócios, por um comportamento ético que contribua para o desenvolvimento econômico, social e ambiental, pressupondo a realização de decisões dos agentes econômicos (*stakeholders*) que sejam resultado da reflexão quanto aos seus impactos sobre a qualidade de vida atual e futura de todos os que forem afetados por elas.

O Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, em 1988, diz que:

Responsabilidade Social corporativa é o comprometimento permanente dos empresários de adotar um comprometimento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico, simultaneamente, a qualidade de vida de seus empregados e de seus familiares, da comunidade local e da sociedade como um todo.

Por outro lado, a pesquisa inicial do AccountAbility e do Copenhagen Centre concluiu que:

Os benefícios do desenvolvimento sustentável — resultantes da crescente preocupação das empresas com os impactos social, ambiental e econômico que exercem a chamada *triple bottom line* — continuariam limitados, a menos que passassem a integrar a competitividade das nações. (ZADEK, 2003)

Korten (1996) já dizia que a sustentabilidade das empresas deveria adotar práticas ecológicas amigáveis e em conformidade com a estrutura e a estratégia empresarial. Shrivastava (1995) e Weizsacker et al. (1998), apesar de discordarem de Korten em alguns pontos, afirmam que as corporações podem ter papel fundamental criando economias sustentáveis.

Em 2000, a Organização das Nações Unidas (ONU), levando em conta todas essas discussões, propõe a Agenda de Desenvolvimento do Milênio (2000–2015), para a qual a participação de governos, sociedade civil, iniciativa privada e instituições de pesquisa contribuíram por meio da plataforma My World. Em 2015, após esse processo e para a ampliação do escopo, 193 Estados Membros da ONU adotaram a Agenda

2030 para o Desenvolvimento Sustentável, com 17 objetivos, 169 metas e 232 indicadores que envolvem o desenvolvimento econômico, a erradicação da pobreza, da miséria e da fome, a inclusão social, a sustentabilidade ambiental, o *compliance*, a paz e a segurança. Os objetivos são divididos da seguinte forma:

1. Erradicação da pobreza
2. Fome zero e agricultura sustentável
3. Saúde e bem-estar
4. Educação de qualidade
5. Igualdade de gênero
6. Água potável e saneamento
7. Energia limpa e acessível
8. Trabalho decente e crescimento econômico
9. Indústria, inovação e infraestrutura
10. Redução das desigualdades
11. Cidades e comunidades sustentáveis
12. Consumo e produção responsáveis
13. Ação contra a mudança global do clima
14. Vida na água
15. Vida terrestre
16. Paz, justiça, e instituições eficazes
17. Parcerias e meios de implementação

Todas essas metas são acompanhadas e avaliadas constantemente para que possamos atingir os objetivos propostos. Esses dados têm que estar disponíveis de forma clara, objetiva e confiável, gerando os indicadores necessários para o monitoramento do atendimento aos objetivos.

E quem pode ser melhor para a produção de dados confiáveis sobre as empresas que o profissional da contabilidade? Esse é o nosso papel enquanto responsáveis técnicos das empresas — que de maneira geral aderiram também a essa Agenda 2030, pois os financiamentos, contratos públicos e privados têm levado em conta esse quesito para a negociação. Algumas pessoas físicas já procuram saber se a empresa na qual vão trabalhar ou comprar atendem a esses requisitos. Podemos ver esse movimento nos fundos ambientais, sociais e de governança (ESG).

Por isso é importante nos imbuirmos dessa missão, contribuindo para que empresas e governos atendam à Agenda 2030. O nosso objetivo é garantir parcerias e meios de implementação, o nº 17 das ações necessárias.

Faça parte deste movimento! Um mundo melhor depende de cada um de nós! 🌍

FILANTROPIA

Tudo o que você precisa
saber sobre Terceiro Setor a
UM CLIQUE de distância!

Contabilidade, Legislação, Captação de Recursos,
Voluntariado, Tecnologia, RH...

Enfim, **informações e capacitações** sobre
TUDO para melhorar a **gestão de seu projeto social**

Mais de 100 videoaulas

Exclusivas e gratuitas.
Acesse quando e
onde quiser

Eventos gratuitos e super descontos

Cursos, FIFE, Imersão Contábil,
Festival ABCR e Congresso
Econômica

Revista Filantropia, e-books e mais

Acesso gratuito e
sem limites a todo
o nosso conteúdo

Listagem de editais e oportunidades

Atualizada
diariamente



Junte-se a nós!
filantropia.org



OS EFEITOS DA NOVA LEI DO CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA AS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

Com o advento da Lei Complementar (LC) nº 187, de 16 de dezembro de 2021, o Congresso Nacional preenche uma lacuna parlamentar histórica que existia desde a Carta Magna de 1988. Faltava uma lei complementar para regular os requisitos para a fruição da imunidade tributária em relação às contribuições sociais (art. 195, § 7º, da Constituição da República), em favor das Organizações da Sociedade Civil (OSC) que atuam no âmbito do terceiro setor (assistência social, educação e saúde).

Com a novel legislação, encerrou-se aquela velha e cansativa retórica de tratamento da imunidade do art. 195, § 7º, da



CLÁUDIO STUCCHI

Carta Magna, equivocadamente ressaltada como isenção. Agora ficou bem definido que se trata mesmo de imunidade tributária! E o art. 4º da LC 187/2021 faz consignar que a imunidade das entidades do terceiro setor alberga a cota patronal da contribuição previdenciária, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), contribuições sociais sobre a receita de concursos de prognósticos e sobre as importações de bens e serviços do exterior, bem como o Programa de Integração Social (PIS) sobre a folha de pagamento.

Cláudio Stucchi é advogado, graduado pelas Faculdades Integradas de Itapetininga (FKB), especialista em Políticas Públicas de Assistência Social, Redes SUAS/SUS, Legislação do Terceiro Setor, Compliance (Integridade) e Governança Institucional. Professor de Mentorias Online (EAD) para Assistentes Sociais, Dirigentes e Contadores. Consultor para Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), Organizações da Sociedade Civil (OSC) e Conselhos Municipais da Pessoa Idosa. Consultor jurídico da Associação Nacional de Instituições Privadas para Idosos (ANIP). Gerontologista titulado pela Associação Brasileira de Gerontologia (ABG). Membro do Comitê Gestor da Frente Nacional de Fortalecimento à ILPI (FN-ILPI).

Nesse contexto, entendemos, salvo melhor juízo, que as entidades beneficentes de assistência social que são alvo de cobranças administrativas fiscais (Processo Administrativo Fiscal — PAF) promovidas pela Receita Federal do Brasil (RFB), que firmaram parcelamentos fiscais (Programa de Recuperação Fiscal — REFIS) ou que estão inscritas na Dívida Ativa da Fazenda Nacional ou, ainda, respondem por execuções fiscais, devem procurar assessoria jurídica especializada para invocar a novel legislação e peticionar pela extinção de tais cobranças e execuções!

Vale destacar que a Lei nº 12.101/2009, que tratava dos procedimentos de concessão e de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) de interesse das entidades do terceiro setor, foi revogada pela LC 187/2021. Lembrando que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em fevereiro de 2021, pela inconstitucionalidade de diversos artigos da Lei nº 12.101/2009 (lei ordinária). Um motivo especial foi determinante para essa decisão: segundo o STF, somente LC possui legitimidade constitucional para regular os requisitos para a fruição da imunidade tributária, conforme dispõe o art. 146, inciso II, da Carta da República (limitação ao poder de tributar da União, em relação às entidades beneficentes).

O art. 2º da LC 187/2021 define claramente que é considerada “entidade beneficente” a pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que presta serviço nas áreas de assistência social, de saúde e de educação, exigindo no entanto uma condicionante indispensável: desde que devidamente certificadas nos moldes da referida LC.

Na perspectiva do art. 2º está expressamente claro que o CEBAS, antes configurado na Lei nº 12.101/2009 como mero instrumento formal fiscalizatório de natureza declaratória, constitui-se agora em condição obrigatória e imprescindível para a fruição da imunidade tributária das contribuições à seguridade social, em relação às entidades do terceiro setor. Em outras palavras, a certificação filantrópica federal é requisito indispensável para o reconhecimento da “beneficência” da OSC e por parte da Receita Federal e “passaporte” formal para o aproveitamento fiscal das benesses da imunidade tributária lastreada na Constituição Federal de 1988 (art. 195, § 7º).

No que diz respeito às OSC que atuam na área da assistência social (seara principal de nossos estudos e atuação jurídica), além da certificação do CEBAS concedida ou renovada pelo Ministério da Cidadania, cabe ressaltar que as elas deverão cumulativamente comprovar o cumprimento dos requisitos

mencionados no art. 3º da LC 187/2021, em todos os seus incisos. São praticamente as mesmas contrapartidas exigidas até então pela Lei nº 12.101/2009 ora revogada, também exigidas pela Lei nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das OSC — MROSC) e pelos arts. 9º e 14 do Código Tributário Nacional (CTN).

As OSC que atuam na área da assistência social (política pública setorial — no âmbito da Rede do Sistema Único de Assistência Social — SUAS) devem se atentar ao requisito especial disposto no art. 31 da LC 187/2021: ter objetivos e público-alvo compatíveis com a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social — LOAS); observar o princípio da gratuidade na oferta dos serviços aos usuários que dele dependem e necessitam (art. 1º da LOAS); atender ao princípio da universalidade do atendimento (art. 4º e incisos, da LOAS), bem como às resoluções estabelecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social — CNAS (art. 3º, § 1º, da LOAS).

No tocante às Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI filantrópicas), é bom lembrar que elas possuem direito ao exercício da exceção ao princípio da gratuidade. Por essa razão as ILPI podem continuar recebendo as contribuições mensais das pessoas idosas abrigadas, no limite legal de 70% da renda dos usuários residentes (art. 35, § 2º, Estatuto do Idoso). Tal prerrogativa extraordinária consta expressamente na LC 187/2021, em seu art. 29, parágrafo único.

Merece destaque a redação do art. 30 da LC 187/2021, que estabelece a possibilidade de as OSC desenvolverem atividades que gerem recursos, por meio de filiais, com ou sem cessão de mão de obra, desde que as receitas provenientes dessas atividades sejam lançadas de forma segregada em sua contabilidade

e destacadas em suas notas explicativas. Convém pontuar que esse dispositivo traz agora maior segurança jurídica para as entidades do terceiro setor planejarem e concretizarem projetos de negócios em áreas mercantis diversas.

No que tange à área de atuação da OSC, chama a atenção o disposto no § 1º do art. 35 da LC 187/2021. Foi adicionado mais um fator de referência para a apuração da área de atuação preponderante da entidade beneficente: o fator “custo”. Agora a novel legislação apresenta de modo explícito os fatores “custos” e “despesas”, facilitando o papel dos contadores responsáveis e dos agentes fiscalizadores.

Surgiu agora uma importante conquista para as entidades do terceiro setor, influenciada diretamente pela súmula vinculante do Superior Tribunal de Justiça (STJ) nº 612, de 9 de maio de 2018: “Súmula 612-STJ: O certificado de entidade beneficente

O art. 2º da LC 187/2021 define claramente que é considerada “entidade beneficente” a pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que presta serviço nas áreas de assistência social, de saúde e de educação, exigindo no entanto uma condicionante indispensável: desde que devidamente certificadas nos moldes da referida LC

A nova legislação trouxe mais vantagens para as OSC nos casos de indeferimento do pedido de concessão ou de renovação do CEBAS. Havendo a interposição de recurso administrativo, o Ministério da Cidadania apreciará e tomará uma decisão

de assistência social (CEBAS), no prazo de sua validade, possui natureza declaratória para fins tributários, retroagindo seus efeitos à data em que demonstrado o cumprimento dos requisitos estabelecidos por lei complementar para a fruição da imunidade.” Esse comando jurídico significa que, embora a vigência formal da concessão da certificação seja a data de publicação da portaria de concessão do CEBAS, os efeitos tributários e fiscais dessa concessão retroagem e são considerados e reconhecidos na data do protocolo do requerimento efetuado na plataforma digital de cidadania.

A nova legislação trouxe mais vantagens para as OSC nos casos de indeferimento do pedido de concessão ou de renovação do CEBAS. Havendo a interposição de recurso administrativo, o Ministério da Cidadania apreciará e tomará uma decisão. Se não houver a reconsideração, o recurso será encaminhado ao Ministro da Cidadania. E, nesse caso, será aberto prazo de mais 30 dias para que a OSC apresente novas considerações e arrazoadado e providencie a juntada de novos documentos.

Outra novidade bem interessante está inserida no art. 41 da LC 187/2021: a partir da data da publicação da LC 187/2021 (Diário Oficial da União, edição de 17 de dezembro de 2021), são considerados extintos os créditos decorrentes de contribuições sociais lançados em desfavor de entidades sem fins lucrativos que atuam nas áreas da assistência social, educação ou de saúde, expressamente motivados por decisões derivadas de processos administrativos ou judiciais com base em dispositivos da lei ordinária anterior do CEBAS (Lei nº 12.101/2009), declarada inconstitucional pelo STF, no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 2.028 e 4.480 e correlatas. O referido dispositivo favorece as OSC que foram alvo de lançamentos fiscais em virtude do não atendimento aos requisitos contidos na Lei nº 12.101/2009. Consideramos que essa verdadeira remissão fiscal legislativa representa importante conquista para as entidades do terceiro setor.

Com relação aos requerimentos eletrônicos de concessão ou de renovação do CEBAS, apresentados antes da publicação da LC 187/2021 e que se encontram pendentes para análise e decisão no Ministério da Cidadania, aplicam-se as regras da Lei nº 12.101/2009. Tal expediente está em plena conformidade com o princípio da irretroatividade tributária: a lei deve abranger fatos geradores posteriores à sua edição, ou seja, não pode retroceder para abarcar situações pretéritas. Desse modo, será aplicada a lei vigente no momento do fato gerador.

Convém assinalar que os Ministérios Certificadores (Cidadania, Educação e Saúde) ganharam autonomia plena e legitimidade jurídica com a novel legislação para exercerem atos de fiscalização sobre as entidades do terceiro setor no que diz respeito ao cumprimento de todas as regras de certificação filantrópica. Com essa garantia legal, cada Ministério poderá demandar supervisão e também acolher representações das autoridades elencadas e legitimadas no § 1º do art. 38 da LC 187/2021. O Ministério Público está consignado no referido dispositivo e com certeza atuará com rigor. Cabe então um alerta para as OSC e ILPI para que revejam sua governança institucional!

EFEITOS PRÁTICOS E IMEDIATOS PARA AS OSC E ILPI:

- Revisão dos centros de custos (lançamentos contábeis);
- revisão do plano de contas (rubricas contábeis);
- sintonia estreita entre os controles internos financeiros e a contabilidade;
- implantação de programa de *compliance* (conformidades e integridade) e de governança institucional;
- revisão jurídica dos contratos de prestação de serviços à pessoa idosa abrigada;
- reforma do estatuto social;
- reforma do regimento interno;
- implantação do regulamento interno de Recursos Humanos;
- oferta de capacitações e treinamento para os funcionários da gestão administrativa, gestão financeira e coordenação;
- oferta de capacitações e treinamento para os membros do Conselho Fiscal;
- manutenção de estreita relação institucional com os demais atores da Rede SUAS local.

Cabe salientar que a LC 187/2021 necessita de um decreto regulamentador, e provavelmente os Ministérios Certificadores emitirão resoluções para os detalhamentos dos ritos e procedimentos da certificação filantrópica federal (CEBAS).

Dada a relevância do tema abordado neste artigo, recomendamos especial atenção das diretorias das entidades beneficentes de assistência social em suas respectivas gestões administrativas, financeiras e documentais, a fim de que consigam cumprir todos os requisitos formais e legais exigidos pela LC 187/2021 e demais normativas específicas do segmento. 🌀

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL PELO FUTURO BEM MAIOR

Desde 2018, quando o Movimento Bem Maior (MBM) foi fundado, para colaborar com a transformação na cultura de doação no Brasil, nossa missão é muito clara: ampliar o quadro de filantropos no país. Aumentar o volume anual, destinar recursos de maneira transparente e estratégica, mostrar resultados para aqueles que seguiriam nessa jornada com o MBM. Um dos primeiros passos nesse caminho foi lançar um edital para apoiar iniciativas de impacto comunitário, o que mais tarde viria a ser o programa Futuro Bem Maior.

Hoje, a nossa trajetória confirma o espírito que não somente deu início a ele, mas que mantém o movimento vivo e atuante, fortalecido a cada ano. O Futuro Bem Maior, que está em sua terceira edição, é um exemplo. De 2019, quando foi lançado o primeiro edital, até 2021, já apoiamos 118 projetos oriundos de organizações da sociedade civil (OSCs) e coletivos, com uma média de 40 selecionados por ano.

Em três anos de realização do programa, mais de 60% das OSCs aumentaram o número de beneficiados e conquistaram novos parceiros para suas ações. Além do apoio financeiro (em 2021, cada selecionado recebeu R\$ 70 mil), as OSCs ou coletivos passam por capacitação em gestão de projetos, apresentação de resultados e de indicadores, bem como participam de rodas de conversa e trocas de experiências com outras organizações, gerando oportunidades para ampliar parcerias, captar recursos e fortalecer a capacidade de ação.

A estratégia de atuação, por meio dos editais, é focar em municípios com até 200 mil habitantes — 97% das cidades brasileiras estão nessa faixa populacional —, e no fortalecimento de OSCs e coletivos que precisam de suporte em áreas como gestão organizacional, comunicação, voluntariado e finanças, entre outras. A maioria dessas organizações precisa desenhar ou amadurecer seus processos de governança e captação de recursos. Ao escolher municípios menores, o Futuro Bem Maior apoia organizações locais que, muitas vezes, não têm acesso a programas governamentais ou investimento social privado, pois seus trabalhos têm pouca visibilidade nas estatísticas do país, mas são extremamente relevantes nos territórios onde atuam.

Cada resultado obtido, cada pessoa beneficiada, cada parceria estabelecida é uma parte do processo de transformação



CAROLA
MATARAZZO

social, que é o propósito maior do programa. Alguns dados e o detalhamento das ações do Futuro Bem Maior foram apresentados por mim no FIFE 2022 (Fórum Interamericano de Filantropia Estratégica), no dia 29 de abril, em Sorocaba.

Um exemplo é o da pequena cidade de Curimatá, no Piauí, com pouco mais de 13 mil habitantes e IDH de 0,6. Ela foi beneficiada pelo Projeto Água, Cidadania e Ensino, que tornou realidade o aumento da geração de alimentos e a capacitação para criar e comercializar aves no sistema de avicultura familiar. Mais de 360 pessoas foram beneficiadas. Os resultados dão ânimo e a certeza de que o MBM está no caminho correto e pode mais.

Hoje, com 2 editais concluídos e 1 em andamento, o Futuro Bem Maior já atuou em 74 municípios, de todas as regiões do país, nos quais foram investidos, no total, R\$ 10 milhões, beneficiando mais de 50 mil pessoas diretamente. Os projetos financiados atuam em causas ligadas aos temas: educação, geração de renda, cultura, saúde e defesa de direitos, fortalecimento da democracia, entre outros.

Com esse desafio, o MBM tem a missão de mostrar que investir em iniciativas de impacto comunitário, de menor expressão no cenário macro, é proporcionar acesso a recursos que possibilitem impactar positivamente as bases das desigualdades e da injustiça. Ampliar a atuação do programa é outra meta que temos pela frente. Atender a mais OSCs por edição, em todo o país, e estabelecer um modelo de formação continuada e acompanhamento que seja cada vez mais eficaz e de confiança, para alcançarmos o crescimento na eficiência das OSCs.

O Futuro Bem Maior tem ainda uma longa e bela trajetória pela frente. O mais importante nesse caminho é que ninguém fique para trás, que as potencialidades locais possam ser desenvolvidas e que as organizações sociais conquistem autonomia e atendam às demandas das regiões onde atuam.

Tem sido um aprendizado mútuo, em que fica claro o valor da troca e da colaboração. É um grande desafio investir em organizações com realidades tão distintas das que conhecemos e que atuam em grandes centros. Mas, qualquer que seja o tamanho da iniciativa ou projeto, a troca de boas práticas, a criação de redes de contatos e o espírito de apoio coletivo são os mesmos, e isso é o mais gratificante. 🌐

FILANTROPIA RESPONDE

CONSULTORIA PARA O TERCEIRO SETOR



1 Prezado/a Colunista, pela primeira vez participaremos de um chamamento público e estamos com certa dificuldade em elaborar a planilha de custos que acompanhará nosso plano de trabalho. Assim sendo, gostaríamos de saber o que pode ser contemplado no item de despesas indiretas.

Caro/a leitor/a, de acordo com o art. 46, inc. III, da Lei Federal nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil — OSC), “*poderão ser pagas, entre outras despesas, com recursos vinculados à parceria (...) custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria*”.

Em outras palavras, as despesas indiretas são todas aquelas que se mostram essenciais para o cumprimento do objeto da parceria, que vão além das ações principais esperadas da OSC vencedora do certame, abrangendo também os custos administrativos que permitem o adequado funcionamento do serviço.

Nesse sentido, para evitar possíveis desequilíbrios e/ou embaraços na relação estabelecida com o Poder Público e a aplicação de eventuais sanções por inadequações na prestação de contas, deverão ser incluídos no Plano de Trabalho e cotados na Planilha

de Preços os valores correspondentes, por exemplo, às despesas com internet, transporte, aluguel e telefone, além daqueles referentes à remuneração de serviços contábeis e de assessoria jurídica considerados fundamentais para que a OSC cumpra as regras de transparência e afaste possíveis obstáculos que passam prejudicar a continuidade e a boa execução da parceria.

2 Olá! Sou dirigente de uma entidade beneficente de assistência social, portadora de Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social na Área de Educação (CEBAS) e gostaria de saber, à luz da nova Lei da Filantropia, se há novo regramento acerca da responsabilidade por parte dos dirigentes.

Caro leitor, como se sabe, a Nova Lei de Filantropia — LC 187/21 — trouxe diversas mudanças importantes, que até mesmo implicarão a revisão estatutária da entidade. Com relação à responsabilidade dos dirigentes, é relevante verificar que, conforme disposto no art. 3º, §3º, do referido dispositivo legal, os dirigentes, estatutários ou não, não respondem, direta ou subsidiariamente, pelas obrigações fiscais da entidade, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

